

Sumário

Nota dos autores à 20ª edição	21
Improbidade administrativa e processo coletivo: nota dos autores sobre o impacto da Lei n. 14.230/2021	25
1. Nota explicativa inicial em coautoria.....	25
2. Processo da ação de improbidade administrativa como processo coletivo – por Hermes Zaneti Jr.	28
3. Processo da ação de improbidade administrativa como processo punitivo não penal – por Fredie Didier Jr.....	33
Nota dos autores à 10ª edição	37
Prefácio à 1ª edição.....	43
Apresentação à 1ª edição.....	45
Capítulo 1 ► Introdução ao estudo do processo coletivo	49
1. Conceito de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva.....	49
2. Três conceitos fundamentais para a compreensão do processo coletivo: grupo, membro do grupo, condutor do processo coletivo e representante do grupo	55
3. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o julgamento de casos/questões repetitivos.....	58
4. A centralização de processos repetitivos como objeto da cooperação judiciária nacional e instrumento da tutela coletiva.....	65
4.1. Generalidades	65
4.2. Centralização e modificação de competência	67
5. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (<i>public law litigation</i>): Interesse público primário e interesse público secundário no controle jurisdicional de políticas públicas.....	72
5.1. Generalidades	72

5.2. Modelo experimentalista de reparação e medidas estruturantes (<i>structural injunctions</i> e <i>specific performance</i>)	75
5.3. Interesse público primário e interesse público secundário	76
5.4. A implementação e controle de políticas públicas por parte do Poder Judiciário (<i>judicial activism</i> , <i>judicial restraint</i> e ativismo judicial seletivo): ativismo da lei e da Constituição em matéria de políticas públicas no Brasil.....	78
5.5. Para além da “politização da justiça” em uma democracia de direitos: uma conclusão parcial.....	83
6. O microsistema processual coletivo, o papel do Código de Defesa do Consumidor e o diálogo das fontes com o CPC-2015 (era da recodificação)	88
6.1. Generalidades	88
6.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”	92
6.3. O microsistema do processo coletivo. As relações entre o CPC-2015 e o Direito Processual coletivo.....	94
7. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva: procedimento comum das causas coletivas (art. 21 da LACP e art. 90 do CDC)	99
8. Cultura brasileira da tutela jurídica coletiva	103

Capítulo 2 ► Situações jurídicas coletivas: direitos coletivos *lato sensu* (difusos, coletivos e individuais homogêneos) e casos repetitivos 105

1. Introdução	105
2. Conceito formal (estrutural) de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	106
2.1. Nota introdutória	106
2.2. Direitos ou “interesses”?.....	107
2.3. Direitos difusos	114
2.4. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	115
2.5. Direitos individuais homogêneos.....	116
2.5.1. Generalidades	116
2.5.2. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”	121
2.5.3. O julgamento do RE n. 631.111/GO: Núcleo de Homogeneidade e Margem de Heterogeneidade	123
3. Titularidade dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> : direitos subjetivos coletivos	124
4. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva.....	127
5. Dos direitos coletivos aos conflitos coletivos: a adequação do processo coletivo às peculiaridades do caso levado a julgamento. A proposta de Edilson Vitorelli.....	130
5.1. Introdução	130
5.2. Litígios coletivos de difusão global	131
5.3. Litígios coletivos de difusão local.....	132
5.4. Litígios coletivos de difusão irradiada	134
5.5. Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais	137

5.6. Conclusão.....	139
6. Situações jurídicas coletivas passivas	140
7. Ação repetitiva, ação pseudoindividual, ação relativa a relação jurídica plurilateral indivisível e ação individual com alcance coletivo: distinções e posturas do juiz.....	140
8. Tópicos especiais	143
8.1. Superendividamento e tutela coletiva	143
8.2. Tutela coletiva do direito fundamental à proteção dos dados pessoais.....	145
Capítulo 3 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva	151
1. Consideração introdutória.....	151
2. Princípio do devido processo legal coletivo	152
2.1. Generalidades	152
2.2. Regra da adequada legitimação	154
2.3. Adequada certificação do processo coletivo.....	155
2.4. Informação e publicidade adequadas	159
2.4.1. Princípio da adequada notificação dos membros do grupo.....	160
2.4.2. Regra da informação aos órgãos competentes para propositura da ação coletiva, sobre a instauração do processo coletivo e sobre o resultado do seu julgamento.....	161
2.5. Princípio da competência adequada	163
3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo	168
4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva. O problema da desistência da ação coletiva.....	171
5. Postulado hermenêutico do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva (diálogo de fontes)	173
6. Reparação integral do dano	175
7. Princípios da não taxatividade e atipicidade (máxima amplitude) da ação e do processo coletivo.....	176
7.1. Generalidades	176
7.2. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos.....	178
7.3. O <i>habeas corpus</i> coletivo.....	180
8. Princípio da predominância de aspectos inquisitoriais no processo coletivo.....	181
9. Princípio da primazia da decisão de mérito do processo coletivo em relação à decisão de mérito do processo individual	185
Capítulo 4 ► Competência	187
1. Princípio da competência adequada.....	187
2. Competência territorial.....	188
2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	188

2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	189
2.3. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	191
2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for regional.....	194
2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual	199
2.6. Teses fixadas no Incidente de Assunção de Competência n. 10 (STJ)	200
2.7. Ação popular ambiental e ação civil pública ambiental: “distinção” em relação a tradicional jurisprudência da competência do domicílio do cidadão. Decisão do STJ e princípio da competência adequada	201
3. Juízos com competência para processar e julgar “ações coletivas”	203
4. Competência material, conflitos coletivos multipolares e litispendência por duplicidade com autores diferentes	206
5. O Tema 1.075 do STF (RE n. 1.101.937/SP) e a competência em caso de dano regional ou nacional para as ações Coletivas.....	208
6. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva	211
7. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (Art. 102, I, “f”, CF/1988)	211
8. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular.....	212
9. Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: Justiça Eleitoral ou Justiça Comum?	213
10. Competência internacional: Litígios transnacionais, transfronteiriços e cooperação internacional em ações coletivas.....	214
Capítulo 5 ► Conexão e litispendência entre ações coletivas	221
1. Conexão.....	221
1.1. Considerações gerais sobre a conexão	221
1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva.....	224
1.3. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC).....	226
1.4. Conexão após o julgamento de uma das ações coletivas: art. 55, § 1º, CPC, n. 235 da súmula do STJ e a distinção feita no CC n. 144.922/MG, STJ	227
2. Litispendência.....	227
2.1. Considerações gerais sobre a litispendência.....	227
2.2. Litispendência entre demandas coletivas.....	229
2.2.1. Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos.....	229
2.2.2. Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas...	229
2.2.3. Identidade da situação jurídica substancial deduzida	232
2.2.4. Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos	233

2.2.5. Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?	234
3. Relação entre a ação coletiva e a ação individual.....	236
3.1. A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual.....	236
3.2. O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual.....	237
3.3. A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	240
3.4. Há continência entre ação coletiva e ação individual?	241
3.5. O direito à autoexclusão (<i>right to opt out</i>) no microsistema brasileiro de tutela coletiva	243
3.6. Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte (art. 313, V, <i>a</i> do CPC).....	245
3.7. Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da Lei n. 7.347/1985 e art. 139, X, do CPC)	248
Capítulo 6 ► Legitimação <i>ad causam</i> nas ações coletivas	251
1. Natureza jurídica da legitimação coletiva.....	251
2. Legitimação extraordinária coletiva decorrente de negócio processual: impossibilidade, como regra	255
3. Legitimação ativa	256
4. Características da legitimação coletiva	258
5. O problema do interesse do substituto.....	261
6. Controle jurisdicional da legitimação coletiva.....	263
6.1. Generalidades. A questão das “associações genéricas”.....	263
6.2. Notas sobre o controle da “representação adequada” no Direito estrangeiro	271
6.3. Legitimação adequada nos litígios de difusão global, local ou irradiada: a tensão entre legitimação e participação. A contribuição de Edilson Vitorelli.....	274
6.4. Legitimação do Ministério Público: <i>relevância social objetiva e subjetiva</i> para a tutela de direitos individuais homogêneos	278
6.5. Outros problemas relacionados à legitimidade do Ministério Público.....	280
6.6. Legitimação coletiva dos sindicatos. Tema 823 da repercussão geral (STF). Tema 1.130 do Superior Tribunal de Justiça	280
6.7. Legitimação da Defensoria Pública. Tema 607 da repercussão geral (STF).....	283
6.8. Síntese conclusiva	289
7. Substituição processual das associações versus representação processual mediante autorização. Temas 82 e 499 da repercussão geral (STF)	289

8. “Legitimidade <i>ad causam</i> ou <i>ad processum</i> ” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas.....	293
9. Consequência da falta de legitimação coletiva ativa. O caso da dissolução de associação.....	296

Capítulo 7 ► Intervenção de terceiros 299

1. Assistência	299
1.1. Premissa geral para o exame do interesse jurídico que justifica a intervenção como assistente.....	299
1.2. Causas que versam sobre direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	301
1.2.1. Intervenção do indivíduo.....	301
1.2.2. Intervenção de um colegitimado.....	302
1.2.3. Intervenção do indivíduo legitimado à propositura de ação popular.....	303
1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)	304
1.4. Assistência na ação popular.....	306
2. Intervenção de <i>amicus curiae</i> em ações coletivas.....	308
3. Intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular (despolarização da demanda).....	309
3.1. Generalidades	309
3.2. Intervenção móvel da pessoa jurídica de direito privado e a Lei n. 12.846/2013.....	312
4. A denúncia da lide em ação civil pública.....	313
4.1. Generalidades	313
4.2. A denúncia da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo.....	315
5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual.....	319
6. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos e na formação de precedentes.....	321
6.1. Generalidades	321
6.2. Intervenção dos membros de grupo no incidente de julgamento de casos repetitivos como nova espécie de intervenção de terceiro.....	323
6.3. Contribuição argumentativa e grau de interesse na controvérsia: os filtros para a avaliação da admissibilidade da intervenção.....	323
7. Intervenção do membro do grupo na ação coletiva passiva	328

Capítulo 8 ► Procedimentos investigatórios, inquérito civil e produção antecipada de prova 331

1. Procedimentos administrativos e justiça coletiva multiportas.....	331
2. Inquérito civil.....	332

2.1. Noções gerais do inquérito civil como matriz dos procedimentos administrativos preparatórios	332
2.2. Inquérito civil e inquérito policial.....	337
2.3. Efeitos do inquérito civil e dos procedimentos administrativos preparatórios.....	337
2.4. Discussões em torno do possível objeto do inquérito civil e dos procedimentos administrativos. O problema do inquérito civil em matéria eleitoral	339
2.5. Inquérito civil, procedimentos administrativos e princípio do contraditório: processualização dos procedimentos.....	340
2.6. Inquérito civil, procedimento administrativo e princípio da publicidade	344
2.7. Instauração	348
2.8. Representação anônima: possibilidade	350
2.9. Inquérito civil, procedimento administrativo e compromisso de ajustamento de conduta.....	351
2.10. Arquivamento	353
2.11. Reabertura do inquérito civil ou procedimento administrativo e a reapreciação de provas.....	356
2.12. O inquérito civil, processos e procedimentos administrativos e os crimes relacionados: falso testemunho, deixar de prestar informações e denúncia caluniosa	357
3. Inquérito civil e produção antecipada de prova.....	359
3.1. Inquérito civil e produção antecipada de prova	359
3.2. O CPC e a antecipação de prova não urgente (arts. 381-383, CPC). A produção de prova para futura ação coletiva independentemente da instauração do inquérito civil	361
4. Simultaneidade de procedimentos investigatórios para apurar o mesmo fato (inquérito penal e cível) e prova emprestada.....	364
5. Princípio da duração razoável.....	365
6. Recomendações e <i>ombudsman</i> (“defensor del pueblo”)	366
7. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta – comitê executivo nacional e núcleos das ações coletivas (NAC).....	369
Capítulo 9 ► Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas.....	371
1. Generalidades	371
2. Classificação dos direitos: direitos-prestação, direitos-poder (direitos potestativos) e direitos-dever	373
3. A imprescritibilidade das ações coletivas	376
4. Regras expressas sobre prescrição e decadência na tutela coletiva.....	378
5. Prescrição e ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos. O julgamento do REsp. n. 1.070.896/SC pelo Superior Tribunal de Justiça	381
5.1. Generalidades	381
5.2. O julgamento do RESP 1.736.091/PE pelo Superior Tribunal de Justiça e o retorno do tema da prescrição	386

6. Prazo quinquenal para as execuções decorrentes de ações coletivas.....	388
7. (im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.....	389
8. Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção. Aplicação subsidiária do CDC.....	392
9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	395
10. Outras Discussões: protesto para impedir prescrição, a legitimidade e o início do prazo prescricional para a execução individual fundada em sentença coletiva	398
11. Decisão que reconhece prescrição coletiva e pretensão individual (Tema 1.253 do Superior Tribunal de Justiça)	401
Capítulo 10 ► Autocomposição nos conflitos coletivos (justiça coletiva multiportas)...	403
1. Justiça Multiportas como justiça adequada	403
1.1. Dois conceitos fundamentais	403
1.2. A justiça coletiva multiportas	404
2. Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia, pelo legitimado extraordinário, da situação jurídica coletiva.....	407
3. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial.....	409
3.1. Generalidades	409
3.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Pessoas Jurídicas de Direito Público (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial).....	413
3.3. O art. 26 da LINDB e o compromisso de ajustamento de conduta.....	415
3.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição.....	417
4. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (Art. 334, CPC).....	417
5. Controle judicial da autocomposição coletiva	420
5.1. Generalidades	420
5.2. Parâmetros de controle judicial de acordos coletivos no Brasil.....	422
6. Limites à autocomposição nos processos coletivos.....	425
7. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> e <i>a contingent res judicata</i>	428
8. A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas	430
9. Negócios jurídicos processuais coletivos.....	431
10. Acordos coletivos e direitos individuais homogêneos	434
11. Autocomposição global e processos coletivos envolvendo juízos com competência absoluta distinta. Diretrizes práticas para a solução de problemas dogmáticos	437

12. Outros instrumentos autocompositivos distintos do compromisso de ajustamento de conduta: acordo de leniência, termo de cessação de conduta, acordos e convenções coletivas de trabalho etc.....	439
13. Arbitragem coletiva: primeiros passos.....	445
Capítulo 11 ► Aspectos gerais do processo coletivo	447
1. O pedido na ação coletiva.....	447
1.1. Interpretação do pedido	447
1.2. O pedido de indenização por dano moral coletivo.....	448
1.3. Ações coletivas e o controle de constitucionalidade.....	452
1.4. Ação coletiva em matéria tributária. Tema 645 da repercussão geral (STF)	455
1.5. Ação civil pública em matéria previdenciária.....	457
1.6. Ação civil pública em matéria de FGTS.....	458
2. Abandono em ações coletivas.....	459
3. Desistência em ações coletivas	460
4. A reconvenção.....	461
5. A distribuição dinâmica do ônus da prova	464
6. Audiência pública.....	464
7. Tutela provisória nos processos coletivos.....	469
7.1. Generalidades	469
7.2. Relações entre a tutela provisória coletiva e a tutela provisória individual.....	473
7.3. Estabilização da tutela provisória satisfativa e o processo coletivo	474
8. Litigância de má-fé e despesas processuais	476
8.1. Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas. A questão específica da prova pericial e o tema 510 do Superior Tribunal de Justiça.....	476
8.2. Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé.....	479
8.3. Condenação do Ministério Público: responsabilidade da Fazenda Pública.....	482
8.4. O tratamento do assunto na Lei n. 7.347/1985	483
9. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas	484
9.1. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência. A Recomendação n. 315/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público	484
9.2. O enunciado n. 489 da súmula STJ e a cooperação judiciária nacional.....	490
9.3. Intervenção como fiscal da ordem jurídica.....	494
9.4. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos.....	496
9.4.1. Generalidades: função promocional dos relevantes interesses sociais.....	496
9.4.2. A legitimação do Ministério Público para a liquidação e execução de direitos individuais homogêneos. O tema 1.270 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.....	501

9.5. Ministério Público e o seguro decorrente do DPVAT: cancelamento do enunciado n. 470 da súmula do STJ	503
9.6. Ministério Público e proteção ao erário.....	504
9.7. Ministério Público e audiência pública extrajudicial.....	506
10. Peculiaridades em relação aos recursos	509
10.1. O interesse recursal.....	509
10.2. O efeito suspensivo da apelação	510
10.3. Remessa necessária	511
10.4. Agravo de instrumento na ação popular.....	512
Capítulo 12 ► Coisa julgada	515
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada.....	515
2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva	518
2.1. Nota introdutória.....	518
2.2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos.....	519
2.3. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos	522
2.3.1. Generalidades	522
2.3.2. Aplicação da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> aos direitos individuais homogêneos e o acórdão proferido no REsp nº 1.302.596/SP (caso Vioxx).....	523
2.4. Relação entre legitimidade, definição do grupo e coisa julgada	527
3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do Art. 103 do CDC)	528
3.1. Generalidades	528
3.2. O autor da ação popular e a coisa julgada <i>pro et contra</i>	530
4. Críticas à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	531
5. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (Art. 103º, § 4º, CDC)	537
6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	538
7. Coisa julgada coletiva e os diversos procedimentos para a tutela coletiva	540
8. Inexistência de limite territorial para a coisa julgada coletiva: o julgamento do RE n. 1.101.937/SP pelo STF (tema 1.075 de repercussão geral) e o reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 16 da Lei n. 7.347/1985 na redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.494/1997.....	541
9. Eficácia preclusiva da coisa julgada nacional ou regional.....	543
Capítulo 13 ► Liquidação e execução da sentença	545
1. A liquidação da sentença coletiva	545
1.1. Conceito de liquidação	545

1.2.	Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental.....	548
1.2.1.	A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	548
1.2.2.	O processo de liquidação.....	550
1.2.3.	A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	550
1.2.4.	Síntese	552
1.3.	A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos. Liquidação individual por legitimação ordinária e liquidação coletiva por substituição processual (legitimação extraordinária)	552
1.4.	Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias)	555
1.5.	Acordo coletivo, reconhecimento do dever de indenizar o membro do grupo, coisa julgada e ação de liquidação	555
1.6.	A <i>fluid recovery</i>	557
1.6.1.	Generalidades	557
1.6.2.	Alternativas atípicas à <i>fluid recovery</i> do art. 100 do CDC.....	560
2.	Execução da sentença no processo coletivo	563
2.1.	Generalidades	563
2.2.	O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD, art. 13 da Lei n. 7.347/1985).....	566
2.3.	Valores decorrentes de condenações em danos coletivos podem ser direcionados a fundos públicos ou projetos específicos. Resolução Conjunta n. 10/2024 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão na ADPF n. 944	569
2.4.	A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	572
2.5.	Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória	578
2.6.	Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE.....	579
2.7.	Execução de decisão que determina a implantação de política pública. A possibilidade de uma execução negociada.....	581
2.8.	Execução de decisão coletiva e fracionamento de precatórios: o Tema 1.317 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal	583
2.9.	Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	584
2.9.1.	Generalidades	584
2.9.2.	A possibilidade de constituição de entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos no Brasil	587
2.9.3.	Interface entre o público e o privado.....	587
2.9.4.	Necessidade de controle público da atividade desenvolvida pela entidade de infraestrutura específica.....	589
2.9.5.	Necessidade de consentimento informado	591
2.9.6.	Autocomposição adequada	592
2.10.	Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva	593

2.11. Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência (súmula do STJ, n. 345, e o art. 85, § 7º, do CPC).....	594
2.12. Execução provisória da sentença coletiva	599
2.13. Coisa julgada favorável ao contribuinte em mandado de segurança coletivo tributário e direito à restituição ou à compensação na esfera administrativa. Litigância-abusiva associativa. Regulamentação da Receita Federal.....	600
3. Competência para a liquidação e execução coletivas.....	603
Capítulo 14 ► Processo estrutural.....	607
1. Histórico do assunto	607
2. Conceitos	610
2.1. Problema estrutural	610
2.1.1. Situação de desconformidade não necessariamente ilícita.....	611
2.1.2. Situação de desconformidade consolidada, geralmente complexa e contínua: estado de desconformidade.....	613
2.1.3. Estado de desconformidade cuja solução exige um conjunto de medidas organizadas em um plano de ação	616
2.2. Processo estrutural.....	619
2.3. Decisão estrutural.....	621
3. Características	624
3.1. Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	624
3.2. Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	630
4. Procedimento.....	631
4.1. Consensualidade e diálogo.....	631
4.2. As duas fases do processo estrutural: o standard do processo falimentar	634
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	635
4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural	637
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes	639
4.2.2.2. Liquidação estrutural	647
4.2.2.3. Decisões em cascata.....	648
4.3. Flexibilidade do procedimento	649
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto	650
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros	654

4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios.....	655
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities.....	656
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	658
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas.....	660
5. A gestão dos processos estruturais e a reorganização judiciária	662
Capítulo 15 ► Processo coletivo passivo	667
1. Nota introdutória.....	667
2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos, coletivos e individuais homogêneos...	667
3. Exemplos de ações coletivas passivas.....	671
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo	679
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	681
5.1. Consideração geral	681
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos <i>stricto sensu</i>	681
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres individuais homogêneos.....	683
6. Consideração final.....	685
Bibliografia	687